

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMPD DE 21/09/2016

Aos vinte e um dias de setembro de 2016, na Casa dos Conselhos, ocorreu a reunião ordinária do CMPD, tendo início às 18:45 h, presidida pela Presidente Victória Gutierrez. Não havendo expedientes foi informado pela Presidente o evento que ocorrerá no dia seguinte no CRP e realizada então a leitura da pauta: leitura e aprovação da ata da reunião anterior, gestão orçamentária, mudança de horário das reuniões e representação das Comissões e apresentação do Consultório na rua. Na leitura da ata anterior, Conselheira Cláudia solicita que em sua apresentação seja incluído no que se refere ao número contemplado no projeto de prevenção municipal, até o momento já que ainda está em curso o referido projeto. Conselheiro Cesar diz desconhecer o que é DPO, solicitando que seja retificado para 105ª Delegacia de Polícia Civil.

Presidente agradece ao Conselheiro Cesar a oportunidade de participarmos enquanto Conselho do evento da Polícia Civil em parceria com a Secretaria de Educação, desejando que venham outros eventos, informando a participação no mesmo da Presidente e dos Conselheiros Margarida, Luiz Henrique e Sonia. Mais uma vez foi retirado da pauta o tópico gestão orçamentária devido à ausência do palestrante.

Dando prosseguimento à reunião, Presidente Victória informa que ainda é necessária a representação de dois Conselheiros para compor a Comissão de Orçamento e Finanças, sendo então preenchida uma pelo Conselheiro Sérgio Murilo, faltando também dois Conselheiros para a Comissão de Divulgação.

Quanto ao ponto de pauta mudança do horário da reunião, sugerido para iniciar às 18:30, Conselheiro Murilo alerta quanto à mudança, já que comumente as pessoas já chegam para a segunda chamada, sendo que o que é necessário então é a mudança de cultura e não de horário, ratificando quanto à necessidade do compromisso de todos nesse sentido. Conselheira Marta concorda com a fala e Conselheira Cláudia relata o quanto é desagradável para os Conselheiros que, como ela, cumprem o horário e precisam ficar esperando os demais. Conselheiro Oswaldo ressalta que o regimento não está sendo cumprido porque muitas vezes às 18:30 ainda não tem quorum, lembrando ainda dos conselheiros que não foram reeleitos mas que cumpriam o horário e que atualmente alguns eleitos para atual gestão não comparecem, o que também pode ser uma atitude do Conselheiro e não da instituição a qual representam. Conselheiro Cesar informa que tem recebido ligação comunicando sobre a reunião onde está sendo informado o horário de início às 18:30. O ponto de pauta vai então para votação, sendo mantido então o mesmo horário para início, às 18h.

Dando prosseguimento, inicia-se a apresentação do Consultório na Rua, pela Assistente Social Daniela, a qual informa ainda estar presente uma técnica de saúde bucal, uma psicóloga e a médica da equipe. Apresenta a atuação do Consultório na Rua, sua territorialidade e atribuições. Diz que a base encontra-se na UBS do Quitandinha, funcionando esta de segunda à sexta, das 8 às 16h. Quanto ao mapeamento dos assistidos, diz que 80% são do município e 20% migrantes, 47 homens e sete mulheres, sendo a maioria na faixa etária de 31 a 40 anos. Conselheira Margarida pergunta aonde eles se encontram, sendo informado que todos estão

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

na área do primeiro distrito. Conselheira que representa a Mitra indaga se os demais distritos estão sendo contemplados. Conselheiro Murilo pergunta se há uma logística de atuação, sendo respondido que a equipe faz uma escala semanal e então Conselheiro Murilo pergunta se essa escala pode ser disponibilizada, informando ainda que há uma demanda em Correias já denunciada inclusive ao Ministério Público. Conselheiro Oswaldo alerta quanto ao objetivo fundamental do Consultório na Rua e que as demandas sociais ficam por conta da SETRAC. Conselheiro Murilo diz entender de que se trata sim de uma situação de saúde. A psicóloga do Consultório na Rua esclarece que as ações são similares às do PSF porém na rua. Ressalta quanto à necessidade primeira de construção de vínculo e só depois conseguem atuar. Conselheiro Murilo acha apenas uma unidade pouca e que deveria ter ao menos mais uma. Presidente Victória pergunta como é escolhido o local de visita na escala e Conselheiro Oswaldo informa que número de dispositivos está em acordo com a legislação.

Conselheira Tais da FMP informa sobre o projeto de extensão da Fmp em parceria com o CDDH junto à população de rua, informando compor a equipe um médico clínico e um psiquiatra. Conselheira Margarida lembra que às vezes o PSF também faz contato necessitando do Consultório na Rua. Conselheiro Oswaldo diz que só agora foi contemplado a vinda da viatura própria apesar do Consultório na Rua ter sido implantado em 2014. Conselheira Andrea fala do trabalho da Casa da Acolhida Nossa Senhora das Graças e expressa que a Rede tem que ser construída junto com as instituições não governamentais. Informa quanto à existência da Cartilha da População de Rua e da Política Nacional de População de Rua. Presidente Victória pergunta à Conselheira Tais se são administradas medicações no projeto e a resposta é sim, ressaltando que são prescritas pelo profissional médico. Conselheira Sonia diz preocupar-se com a administração de medicamentos sem a participação da enfermagem, ressaltando que tal procedimento requer muito mais cuidados que apenas o ato de administrar, incluindo a guarda, controle, efeitos e reações, dentre outros, sugerindo a participação da enfermagem no projeto. Assistente social Daniela informa sobre as reuniões de Rede que já acontecem no NIS. Conselheira Andrea indaga se as reuniões da Rede não estão abertas aos interessados e o Conselheiro e coordenador de SM responde que não, que participam os profissionais da rede pública, o que a Conselheira Andrea contesta. Quanto ao questionamento surgido em relação às ações de redução de danos, Daniela responde que não há uma ação mais direcionada, mas que trabalham o significado da droga na vida das pessoas. Conselheiro Pedro diz solidarizar-se com a equipe do Consultório na Rua, indaga ainda se há menores cadastrados, sendo a resposta negativa. Conselheiro Oswaldo diz sobre a necessidade da Casa de acolhida para compor à Rede.

Finalizando a reunião, a Conselheira Tais aceita compor a Comissão de divulgação e foi informado a saída de dois médicos do Caps AD, restando apenas um. ÀS 20:15 minutos deu-se por encerrada a reunião.

